RESUMO
A importância da educação antirracista na sociedade contemporânea não pode ser subestimada. Em um mundo onde as disparidades raciais persistem e o racismo estrutural é uma realidade, a educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e na desconstrução de preconceitos arraigados. Uma educação antirracista não se limita a simplesmente condenar manifestações óbvias de racismo, mas busca entender e abordar as raízes profundas desse problema. Ela incentiva a reflexão crítica sobre a história colonial e escravocrata que moldou as estruturas sociais atuais, bem como sobre os estereótipos e discriminações que persistem em nossa sociedade. Ao incorporar a educação antirracista em todos os níveis do sistema educacional, desde a infância até a idade adulta, podemos cultivar uma nova geração de cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e inclusivo. Essa abordagem educacional não apenas capacita os indivíduos a reconhecer e confrontar o racismo em suas diversas formas, mas também os encoraja a serem agentes de mudança em suas comunidades. Além disso, a educação antirracista não beneficia apenas as comunidades racializadas, mas toda a sociedade. Ao promover a diversidade, a equidade e a inclusão, ela enriquece o ambiente educacional e prepara os alunos para viver em um mundo cada vez mais multicultural e interconectado. Portanto, a educação antirracista é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e harmoniosa. Ao desafiar ativamente o status quo e promover a conscientização e a ação contra o racismo, estamos investindo em um futuro mais promissor para todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou cor de pele.
Palavras-chave: Conscientização; Educação Antirracista; Manifestações.

INTRODUÇÃO

Por que é afirmado que todos nós temos origens africanas? Estudos arqueológicos contemporâneos confirmam que a humanidade teve sua origem no continente africano. Considerando que a ONU, durante a Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024, reconhece a cultura afro como uma das civilizações mais avançadas, por que não deveríamos todos fazer o mesmo e abandonar qualquer orgulho ou superioridade baseados em raça? É suficiente reconhecer que somos todos semelhantes, com iguais direitos e responsabilidades em uma sociedade que devemos ajudar, independentemente de crença, gênero ou cor da pele. A educação é a ferramenta que nos motiva a desafiar conceitos estabelecidos, a fim de deixar para trás os erros do passado e do presente.
De acordo com Souza Junior (1995, p. 89):

> A cultura negra deve ser entendida hoje como uma outra forma de vida que enriquece a existência das pessoas, e, portanto, deve ser respeitada e valorizada como diferentes perspectivas do mundo, essenciais para compreendermos a dinâmica social, política e cultural do Brasil.

Embora o Brasil seja um país caracterizado pela diversidade étnica e cultural, na prática ainda persistem atitudes racistas, discriminatórias e violentas em relação aos nossos semelhantes, uma epidemia que se alastra a cada dia. Somente quando superarmos essas barreiras e aprendermos a compartilhar de forma equitativa, valorizando e respeitando as diferenças uns dos outros, seremos verdadeiramente livres.
A história nos mostrou um caminho claro na perpetuação do racismo em nossa sociedade. No entanto, as consequências devastadoras e visíveis ao longo dos anos parecem não ser suficientes para nos fazer compreender a absurdez do racismo. Parece que não aprendemos com o sangue derramado, um sangue que corre vermelho em veias brancas e negras, um sangue que, infelizmente, parece repetir seus erros. Assim, abordar a cultura africana nas escolas tem sido um de-

safio significativo, exigindo investimento na capacitação dos professores. Ao analisar os materiais educacionais, percebe-se que os conteúdos sobre a cultura afro são superficiais e carecem de uma abordagem mais abrangente sobre a riqueza da cultura africana. (SOUZA JUNIOR, 1995).

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

A função social da educação desempenha um papel crucial na promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, especialmente no que diz respeito ao combate ao racismo e à promoção de uma educação antirracista. A educação é uma poderosa ferramenta para a transformação social e a construção de uma consciência crítica em relação às questões raciais.

No contexto do antirracismo, a educação desempenha um papel fundamental na desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações enraizadas na sociedade. Ela deve promover a valorização da diversidade, o respeito às diferenças étnico-raciais e a consciência da história e das contribuições dos povos afrodescendentes, indígenas e de outras origens étnicas historicamente marginalizadas.

A escola, como instituição central no processo educacional, tem a responsabilidade de proporcionar um ambiente acolhedor, seguro e inclusivo para todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial. Os currículos escolares devem ser revisados para incluir de forma significativa a história e a cultura dos povos racialmente minorizados, garantindo uma representatividade positiva e precisa.

Os educadores desempenham um papel fundamental na promoção do antirracismo por meio de práticas pedagógicas inclusivas, do diálogo aberto sobre questões raciais, da promoção do respeito mútuo e da valorização da diversidade. Eles devem ser capacitados para reconhecer e enfrentar atitudes discriminatórias, estimulando o pensamento crítico e a empatia entre os estudantes.

A educação desempenha um papel crucial na sociedade, especialmente quando se une à história, sociologia e antropologia, buscando abordagens educativas que alcancem as comunidades e as envolvam na resolução de seus desafios. Seria apropriado, portanto, que a educação e a pedagogia assumissem a responsabilidade de guiar os alunos na exploração investigativa, saudável, coerente e responsável das culturas afro e das diversas etnias. É essencial que as escolas, desde a Educação Infantil, se empenhem em fornecer informações sobre o racismo e introduzir as crianças, desde tenra idade, à riqueza da cultura africana.

Parafraseando Theodoro (2013), a noção de raça é uma construção:

> O racismo é uma ideologia que categoriza e hierarquiza indivíduos com base em suas características fenotípicas, estabelecendo um padrão positivo superior com base no modelo branco europeu ariano, e um padrão inferior associado ao modelo negro africano. O racismo permeia as interações sociais diárias, atuando como um filtro social que amplifica ou restringe oportunidades, moldando e reforçando estruturas de acesso e exclusão. Ao operar divisões raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual (THEODORO, 2013, p. 4).

É crucial distinguir entre o "velho" racismo, baseado em teorias científicas ou biológicas, e o "novo" racismo (Barker, 1981), de natureza cultural ou diferencial. A transição do racismo biológico para o racismo cultural é marcada pelo afastamento do conceito estático de raça em direção às diferenças culturais. Conforme Munanga (2004, p.17) destaca, "comumente, atos racistas estão ligados a comportamentos ou atitudes discriminatórias explícitas".

O racismo se manifesta não apenas em ataques físicos, exploração e expulsões de imigrantes, mas também em formas menos óbvias, como o "novo racismo", que frequentemente é negado. É essencial compreender que, por meio da educação antirracista e outras abordagens, o racismo é principalmente entendido como uma prática discursiva na qual se evidencia um determinado poder discursivo.

Apesar dos desafios, observa-se progresso e mudanças significativas. Os afrodescendentes agora têm voz para reivindicar seus direitos e deveres, para promover novos padrões de vida e serem respeitados, inclusive por

meio do ensino da cultura africana desde a Educação Infantil.
A análise das atitudes discriminatórias sempre foi central nas discussões sobre a essência da "negritude" e, por conseguinte, do racismo. Dado que a maioria dos afrodescendentes no Brasil está inserida na população explorada e economicamente desfavorecida, a explicação predominante historicamente considera a desigualdade racial e as atitudes discriminatórias como resultantes de conflitos entre classes sociais. Esse enfoque permeia todo o debate sobre a questão racial no país e está intimamente ligado à persistência da ideia de que o Brasil é uma nação de democracia racial.

É crucial ressaltar que abordar a discriminação por meio de medidas repressivas, como a legislação penal, pode lidar com as consequências da discriminação, mas não com suas raízes, como os preconceitos, os estereótipos, a intolerância e o racismo (JACCOUD, 2009, p. 31).

Dessa forma, discutir políticas antirracistas que abordem essas causas é essencial (GARCIA, 2007).
Garcia (2007, p. 39) destaca:

O Brasil é uma nação de diversidade étnica. Para a construção de um Brasil mais inclusivo, o discurso da igualdade ganhou destaque nas décadas de 1920 e 1930, questionando a estrutura histórica de discriminação no país. Em seu lugar, surgiu o mito da democracia racial, representado pela 'Fábula das três raças' - uma convivência pacífica entre brancos, negros e indígenas (...) Nesse cenário, experiências passadas de segregação e discriminação foram encobertas ou ignoradas, seja pelo poder público, pela mídia, pela intelectualidade brasileira e, consequentemente, tornaram-se invisíveis para a maioria da população.

De acordo com Domingues (2007, p.98):

A luta dos afrodescendentes visa resolver os desafios gerados pelos preconceitos e discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a 'raça', e consequentemente a identidade étnico-racial, não só serve como base de mobilização, mas também como ferramenta de articulação das demandas políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a 'raça' é o fator decisivo na organização dos afrodescendentes em torno de objetivos comuns.

As mudanças constitucionais implementadas mostraram-se inadequadas para garantir a igualdade de oportunidades entre negros e brancos no Brasil, assim como para combater a discriminação e o racismo presentes. Após a Constituição, houve um ressurgimento do movimento negro, com a criação de diversas organizações não governamentais (ONGs) afrodescendentes, dedicadas a áreas como educação, cultura e bem-estar, formadas por comunidades ligadas a partidos políticos, igrejas e, em alguns casos, apoiadas por organizações internacionais (MEC, 2007).
Embora várias ONGs tenham continuado a desempenhar esse papel, concentraram seus esforços principalmente nas esferas das políticas públicas. Uma iniciativa significativa foi a implementação de cursos preparatórios para vestibulares direcionados a jovens afrodescendentes. Fundamentados no princípio da igualdade, esses cursos buscavam nivelar as oportunidades de acesso à universidade entre um estudante negro, proveniente de uma escola pública e de origem econômica desfavorecida, e um estudante branco, provavelmente mais favorecido socialmente e oriundo de uma escola privada de maior qualidade. Esses cursos se expandiram por todo o país, com destaque para cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (IGREJA, 2005).
É relevante salientar que os cursos oferecidos pelas organizações do movimento negro não se diferenciavam dos cursos voltados para estudantes de baixa renda, sem distinção de cor ou raça. O que os tornava distintos era o foco não apenas na inclusão universitária, mas também na promoção da cidadania étnica e social, por meio da introdução de disciplinas que abordavam questões sociais, incluindo discriminação e racismo, além da organização de debates e seminários. Essa abordagem visava estabe-

lecer um novo formato de movimento social e étnico, aproveitando seu grande poder de mobilização, especialmente entre a população pobre, incluindo afrodescendentes (IGREJA, 2005).
Os responsáveis por esses cursos exerceram pressão significativa sobre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil, demandando reformas educacionais profundas que promovessem uma educação antirracista. Essas reformas tinham como objetivo desafiar estereótipos raciais e a discriminação nas escolas, revisar o conteúdo dos livros didáticos para refletir a contribuição e presença afrodescendente na história, cultura e sociedade brasileira, oferecer capacitação aos professores sobre essas questões e estabelecer mecanismos para garantir a inclusão e permanência de estudantes afrodescendentes nas instituições de ensino. No entanto, a falta de comprometimento do Estado com essas mudanças levou as organizações a explorarem outras alternativas, impulsionando a adoção de ações afirmativas, como as cotas raciais, como uma nova estratégia de transformação.
A Marcha Palmares Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, que ocorreu durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1995, representou um marco significativo na formulação de novas estratégias políticas pelo movimento negro. Durante este evento, os organizadores apresentaram ao presidente um programa de ação chamado "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial", que propunha uma série de medidas para combater a desigualdade racial, incluindo a adoção de ações afirmativas e a promoção da valorização da diversidade cultural e racial nas escolas.

Os anos 1990 foram marcados por intensa atividade social, política e econômica tanto no âmbito nacional quanto internacional. Na América Latina, ocorreram extensas reformas constitucionais. Enquanto enfrentavam as pressões das políticas neoliberais, os movimentos sociais buscavam reconstruir o Estado democrático de direito após duas décadas de autoritarismo, que se estenderam de meados da década de 1960 até meados da de 1980. Algumas reformas constitucionais em países da região introduziram a concepção de sociedades e nações plurietnicas e multiculturais (GUIMARÃES, 2003, citado por GOMES, 2012, p. 93).

As controvérsias em torno da classificação racial nos censos refletem a dificuldade em definir categorias raciais fixas e bem definidas no Brasil. Diversos fatores influenciam essa categorização e sustentam as autodeclarações, incluindo miscigenação, posição social, região de origem, idade, gênero, além de contextos históricos e políticos que moldam as formas de classificação dessas categorias (SCHWARCZ, 2002). A complexidade na definição de categorias ilustra a ambiguidade e a falta de clareza na identificação racial típica do país, em um contexto histórico de mistura racial e cultural (SANSONE, 1993). É importante notar que, embora haja semelhanças entre os pardos em termos de desigualdade social, a proposta de uma categoria única pode obscurecer outros grupos minoritários que também enfrentam discriminação, oriunda de contextos históricos e culturais variados. Por exemplo, a população nordestina sofre discriminação principalmente em situações de migração interna devido à sua origem regional, costumes e aparência física, que refletem uma mistura de indígenas, brancos e pardos. O mesmo se aplica à população mestiça indígena e branca no norte do país. A identificação racial torna-se ainda mais crucial com a implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, no início da década de 1990.

AS RELAÇÕES RACIAIS

As relações raciais no Brasil e a implementação de uma educação antirracista ganharam destaque a partir do ano 2000, com a preparação da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Em 2002, surgiram as primeiras experiências com cotas raciais nas universidades brasileiras. Em 9 de outubro de 2002, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou um projeto de lei que reservava 40% das vagas para pretos e pardos nas universidades públicas estaduais, como a Universi-

dade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

As ações afirmativas implementadas através da legislação combinaram critérios de classe social e raça. As cotas raciais para ingresso nas universidades consideram aspectos sociais e são direcionadas principalmente a estudantes de escolas públicas, incluindo estudantes afrodescendentes. Essa medida visa promover maior diversidade cultural e racial nas instituições de ensino superior, desempenhando um papel importante na luta contra o racismo (DAFLON, FERES E CAMPOS, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) fundamentam-se em princípios éticos, políticos e estéticos, destacando a importância da autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao meio ambiente, às diversas culturas, identidades e singularidades, bem como dos direitos de cidadania, da criticidade, do respeito à ordem democrática e da sensibilidade artística e cultural (BRASIL, 2010, p. 16).

A educação antirracista na Educação Infantil deve ser estruturada com as crianças como agentes principais da História, promovendo experiências e interações sociais significativas entre elas. É crucial que haja uma intervenção na educação infantil que fomente uma formação cidadã, respeitando a cultura, identidade e diversidade racial das crianças (ALVARENGA, 2015).

Dias, Santana e Borba (2016) afirmam que:

As crianças negras, desde tenra idade, enfrentam diversas formas de discriminação devido ao racismo: são privadas de afeto, alvo de ridicularização por suas características fenotípicas e sofrem com o que Rosemberg (2001) descreve como "pessimismo racial", ou seja, a percepção de que crianças negras são consideradas menos capazes intelectualmente por muitas pessoas (DIAS; SANTANA; BORBA, 2016, p. 160).

Conforme Santiago (2015) e Dias, Santana e Barbosa (2016) destacam, a Educação Infantil deve servir como base para uma educação antirracista, fundamentada em valores éticos, em que os educadores atuem ativamente contra qualquer forma de violência, incluindo os preconceitos raciais. O ensino sobre as relações étnico-raciais abrange a transmissão de conhecimentos e saberes produzidos por diferentes povos, como afro-brasileiros, africanos e indígenas.

Segundo Bispo (2022):

A escola reflete o racismo em diversos aspectos, como a ausência de representatividade dos povos negros nos materiais didáticos e na decoração das salas. Os livros didáticos frequentemente retratam os povos africanos e afrodescendentes de forma estereotipada, como escravos, inferiores e subalternos em relação aos brancos, perpetuando esses modelos ao longo dos séculos, desde a colonização até os dias atuais. (p.7)

A Lei n°10.639/03, que modifica a LDB nº 9.394/1996, ao incluir os artigos 26-A e 79-B, tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica do Brasil. Santos (2019), ao contextualizar a luta do movimento negro, destaca que essa exigência estava sendo construída desde o século XX e se concretizou nos anos 2000. Diante da percepção da perpetuação do racismo no sistema educacional, o movimento negro passou a pressionar o Estado brasileiro pela inclusão obrigatória do ensino da cultura e história afro-brasileira (LIMA e REGO, 2017).

Os estereótipos são amplamente estudados como formas de categorização social e podem ser definidos como "representações mentais simplificadas de categorias de pessoas, instituições ou eventos, compartilhadas por um grande número de pessoas". No entanto, é essencial ressaltar que alguns estereótipos são generalizações infundadas que podem alimentar conflitos entre grupos. O preconceito, por sua vez, envolve uma carga afetiva negativa direcionada a um grupo como um todo ou a um indivíduo devido à sua associação com esse grupo.

O reconhecimento e a afirmação da identidade negra são essenciais, conforme apontado por Alvarenga, Araújo, Fidelis, Moraes e Queiroz (2018, p. 68):

A falta de reconhecimento ou percepção da

diferença pode levar a visões distorcidas, onde o que é diferente é muitas vezes considerado inferior, estranho e incomum. A ideia deturpada de que a etnia negra é inferior e que os brancos são dominantes cria desafios no processo de formação da identidade negra, levando muitas vezes à necessidade de "embranquecer", negando ou ocultando a própria cultura para se assemelhar ao grupo considerado superior, inclusive perpetuando preconceitos dentro do próprio grupo.

Os estereótipos e preconceitos geralmente se baseiam em características como idade, sexo e raça, mas as categorias sociais nem sempre são facilmente identificáveis. Isso resulta em desafios na formação das identidades étnicas dos diferentes grupos na sociedade, reforçando estereótipos e preconceitos associados a eles.
A literatura infantil também reflete essas questões, como destacado por Sabino, Lourenço e Silva (2019, p. 172):

A falta de representatividade positiva dos negros na literatura, especialmente nos clássicos infantis que são adaptados em desenhos televisivos e produtos comerciais, contribui para a falta de identificação e reconhecimento das crianças negras com suas próprias características étnicas. No entanto, ao longo da história, conforme ilustrado em um livro específico mencionado, a valorização da diferença e a aceitação da singularidade são promovidas, destacando a importância de reconhecer e valorizar as diferenças no mundo.

Durante muito tempo, a representação de indivíduos de ascendência africana na literatura destinada às crianças no Brasil foi limitada, principalmente devido à predominância de uma orientação cultural europeia. A falta de diversidade e representatividade na literatura infantil pode contribuir para a perpetuação de estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica das práticas pedagógicas na formação inicial de professores é fundamental para promover o desenvolvimento da integração cultural como um valor desejável. Essa análise visa impulsionar inovações na educação, incluindo a pesquisa e a análise da política educacional relacionada à cultura africana e ao combate ao racismo.
Os temas abordados anteriormente formam um continuum, em uma abordagem qualitativa, em que se entrelaçam representações socioculturais, preconceitos xenófobos e racistas, que muitas vezes são parte do senso comum da cultura de origem e, portanto, estão subjacentes.
As experiências individuais dos educadores podem influenciar suas práticas educacionais. Elementos como tradição, família, comunidade, governo, entre outros, estão sujeitos à interpretação tanto do indivíduo quanto do outro. Além disso, fatores como origem financeira, identidade étnico-cultural, religião, entre outros, podem contribuir para a formação de crenças e interferir no processo de ensino-aprendizagem dos professores.
Diante desse cenário, é crucial que os programas de desenvolvimento profissional contínuo abordem a desconstrução de preconceitos enraizados e alertem os professores sobre atitudes discriminatórias que possam estar presentes em suas práticas. Essas atitudes discriminatórias podem prejudicar uma educação antirracista e contribuir para a propagação e perpetuação do racismo.
Portanto, é essencial que os educadores estejam cientes dessas questões, sejam capacitados para reconhecer e combater o racismo em suas práticas educacionais e se engajem em um processo contínuo de reflexão e aprimoramento para garantir um ambiente educacional inclusivo, diverso e igualitário para todos os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Hilda Maria de. Representações docentes sobre educação para as relações étnico-raciais em um CMEI de Goiânia: entre a teoria e a práxis. 2015. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica Modalidade Profissional-do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação

da Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2015. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7517/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Hilda%20Maria%20de%20Alvarenga%20-%202015.pdf. Acesso em 30 jun.2025.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal,1988.
BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei federal n.9394/96 de 26 de dezembro de 1996. BRASÍLIA: MEC, 2007.
BRASIL. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana na educação básica. 2004.
DIAS, L. R.; SANTANA, P. M. de S.; BORBA, C. dos A. de. Educação das relações étnico-raciais na Educação infantil: uma proposta insurgente. In: ROURE, Glacy Q. de. (Org.). Cultura e poder: a construção da alteridade em tempo de (des)humanização. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016. p. 159-166.
DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo[online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007. Acesso em 28 jun.2025..
FARIAS, M.S. "Cultura e Identidade Cultural". Maio de 2012. <http://livredialogo.blogspot.com.br/ >acesso em 10 jun.2025.
FERNANDES, António Teixeira. Espaço social e suas representações. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 2, 1992.
FIGUEIREDO, Ângela; GROSFOGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. Sociedade e Cultura, v. 12, n. 2, p. 223-233, 2009.
GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005 / Renísia Cristina Garcia. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
GARCIA, Renísia Cristina. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira. A importância da cultura na implementação de políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2011.
IGREJA, Rebecca. Estado, diferença cultural e políticas multiculturalistas: uma comparação entre Brasil e México, tese de doutorado em antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília. 2005.
JACCOUD, Luciana. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. 2009.
MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
MUNANGA, K.. "Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia" In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.
PINTO, Victor Hugo de Oliveira. A ESCOLA COMO MICROCOSMO DA SOCIEDADE: PRÁTICAS REPRODUTIVAS E INCLUSIVAS. 2014. Disponível em:https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_31_10_2014_17_28_33_idinscrito_3571_c1349b89099663b02b762e8faf478a50.pdf. Acesso em 30 jun.2025.
SANTIAGO, Flávio. Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, p. 129-153, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698132765. Acesso em: 28 nov.2023.
SILVA, Alberto da Costa e. A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa. Caderno crh, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de; SILVA, Antônio Aparecido Silva da (Org.). Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Loyola, 1998. p.77-90.
TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
THEODORO, Mário. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoesraciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file. Acesso em 27 jun.2025.